

A patologização do insucesso escolar: para uma crítica da noção de meio social patogénico

P. PINELL (*)

M. ZAFIROPOULOS (*)

I — COMO APARECE A NOÇÃO DE «ALUNOS ANORMAIS»

Um ponto que desde já nos parece importante salientar é que a noção de «alunos anormais» surge muito tardiamente na história da Escola, averiguando-se ser a mesma contemporânea da obrigatoriedade escolar. Embora desde os finais do século XVIII para o caso dos surdos-mudos e dos cegos e no decorrer do século XIX para o dos idiotas e dos imbecis, tenham surgido alguns ensaios sobre métodos de educação especializada concernentes preferencialmente à criança, será necessário esperar pelo fim do século XIX, em França, para que apareça uma nova categoria da patologia mental adequada à infância: a dos alunos anormais. Dizemos adequada à infância porque, se as crianças anormais eram já conhecidas pela medicina, delas se encarregando instituições especializadas (referimo-nos aos deficientes sensoriais e aos idiotas), elas não constituíam senão uma parte com uma idade particular, no seio de populações de anormais em que os elementos adultos eram igualmente internados e tratados, enquanto os discursos sá-

bios que descreviam e inscreviam os alunos anormais na nosografia psicopatológica insistiam na afirmação de que a anormalidade de tais alunos passava despercebida fora da escola e que, por conseguinte, não fora até então descoberta ao nível dos adultos⁽¹⁾. Distinguem-se duas variedades nosográficas de alunos anormais: o instável («tais crianças possuem um carácter instável, o corpo sempre em movimento, são refractárias à disciplina do dia a dia, turbulentas, tagarelas, incapazes de estar atentas... são más para os colegas e indisciplinadas em relação aos professores»⁽²⁾) e o atrasado (ou débil), que Binet define do seguinte modo: «É débil toda a criança que consegue comunicar com os seus semelhantes através da palavra e da escrita, mas que apresenta um atraso de 2 ou 3 anos relativamente ao decurso dos seus estudos, sem que tal atraso seja devido a uma insuficiência de escolaridade»⁽³⁾. Aqui são reproduzidas categorias já produzidas nos países que se haviam antecipado à

(¹) Cf. sobre esta questão: F. Muel: «L'École obligatoire et l'invention de l'enfance anormale», *Actas da Recherche en Sciences Sociales*, n.º 1, 1975.

(²) «Les enfants anormaux». Paris, 1907, pp. 8 e 33. A. Binet e Th. Simon.

(³) *Ibid.*

(*) Investigadores no C.N.R.S. e no I.N.S.E.R.M. (Paris).

França na questão da obrigatoriedade escolar e onde existiam estruturas de educação especializada (Hülfschule, na Alemanha). O sincronismo entre a sua aparição e as leis sobre a obrigatoriedade escolar e a concentração destes alunos anormais nos grandes centros industriais (como acentuam as pesquisas levadas a cabo na época) são outros tantos elementos que indicam que esses alunos são «recrutados» quase exclusivamente entre as fracções das classes populares, as mais baixas na hierarquia social, cujas crianças haviam recentemente passado a frequentar a escola.

As características fornecidas pelos responsáveis pela Instrução Pública sobre o meio social de origem destes «novos» anormais, fazem dissipar qualquer equívoco sobre a questão: «O mais grave é que, após tentativas de toda a ordem, uma criança não pode voltar a ser admitida na escola devido a desordens e ao escândalo que lá causa, sendo entregue à rua, que faz dele um futuro desordeiro... Se os anormais são deixados aos cuidados da família, apenas receberão maus exemplos em tal meio, onde crescerão na rua» (Comissão Infância Anormal da Sociedade Livre para o Estudo Psicológico da Criança).

Compreende-se facilmente que, perturbando a escola pela sua indisciplina, ou prejudicando o seu funcionamento devido à lentidão com que aprendem, ««Instáveis» e «Atrasados» conferem uma má «imagem de marca» à Escola Pública, no momento em que esta se encontra em guerra aberta contra a Escola confessionária rival e que, portanto, se levantam vozes para excluir tais alunos das classes ordinárias.

Nota-se também o modo como a exigência de criação de um ensino especializado, dotado de estruturas particulares, corresponde a essa dupla necessidade de preservar a escola «normal», permitindo ao mesmo tempo um internamento educativo dessas crianças, a fim de que elas não se tornem

num «perigo» para a sociedade. Contudo, uma questão permanece em aberto, a que tentaremos responder antes de irmos mais longe na análise do desenvolvimento do campo institucional: como pode uma instituição como a Escola funcionar como um revelador passivo (no sentido em que não é posta em causa na génese das suas «anormalidades») de patologias anteriormente desconhecidas, a partir de um período histórico determinado? Por que conjunto de mecanismos sociais poderão os desvios a uma norma institucional inerentes a crianças de certas camadas sociais, ser caracterizados e interpretados espontaneamente pela equipa educativa (ou pelo menos por um certo número de responsáveis) como imputáveis a uma «Doença»?

A nossa resposta a esta questão fundamental, que está de certo modo na origem do sector médico-pedagógico, será aqui obrigatoriamente esquemática, pedindo nós desde já ao leitor que a considere como um incitamento à reflexão e não como uma resposta exaustiva.

Duas ordens de elementos (pelo menos) devem ser tidas em conta:

- 1.º O lugar que ocupam e o papel que desempenham, desde o início do século XIX, as representações da diversidade psicológica dos indivíduos e dos grupos sociais, numa sociedade hierarquizada e fundada sobre antagonismos de classe, mas que reconhece nos seus princípios fundamentais, desde a Revolução Francesa, a igualdade de direitos entre todos os indivíduos que a compõem. Neste quadro, as diversas representações das anormalidades reter-nos-ão mais particularmente.
- 2.º O novo lugar concedido à «Criança» e à sua socialização (papel atribuído à Família, à Escola e à Medicina neste processo de socialização) durante este período.

Se, como demonstra G. Netchine, na época de Descartes e até à Revolução Francesa, as representações dominantes consideram a Razão como residindo inteiramente em cada homem, do mesmo modo que adormecida ou escondida nas crianças e nos «insensatos», sendo a Infância e a Loucura as únicas categorias de alternativa⁽⁴⁾, e de uma alternativa completa, na medida em que a alma é indivisível e as suas faculdades inseparáveis, o século XIX vê nascer representações da diversidade psicológica que ligam, segundo uma óptica de continuidade, o individual e o colectivo. A proclamação da igualdade de direitos políticos sucede a busca de critérios psicológicos da diversificação dos indivíduos, a fim de se constatar e justificar a sua diferença social. Nas *Physiques Sociales*, de A. Comte e Quetelet, a diversidade «natural» dos indivíduos organiza-se em categorias sociais (as mulheres, os operários, os sábios, as raças, etc.), pelo que as diferenças são descritas como complementares e a ordem social se vê legitimada por uma harmonia natural. Nestas representações, a loucura é praticamente ignorada e abandonada aos médicos dos asilos. Estes, retomando a tentativa classificatória de Pinel (que Foucault demonstra reenviar para um esforço de organização do espaço asilar), dedicam-se à tarefa de distinguir variedades de anormalidades.

Esquirol separa a idiotia da loucura, depois Voisin ordena os idiotas segundo uma série de combinações das diferentes faculdades (intelectuais e morais)⁽⁵⁾, separando o idiota reduzido a uma existência vegetativa (aparentado aos macacos fechados nas jaulas), o idiota «menos maltratado pela natureza, em que as faculdades intelectuais e os sentimentos morais se encontram apenas

atrofiados na sua constituição», do idiota moral «em que o entalhamento da cabeça na sua parte superior» é o sinal de uma «fraqueza inata dos sentimentos morais». Contudo, este esforço nosográfico desenvolve-se paralelamente a uma concepção que mitifica a loucura, a idiotia e a criminalidade, numa relação de causalidade psico-biológica, fazendo-as derivar de uma degenerescência nervosa, de um «esgotamento do sistema nervoso», provocado por causas sociais, pela miséria e pela luxúria. Voisin, numa experiência levada a cabo em prisões, mostra a similitude existente entre as formas do crânio de criminosos e o de idiotas, o que os coloca a meio caminho entre os animais e os homens, similitude essa que é também social, «todos pertencem às últimas classes da sociedade e todos viveram no meio das circunstâncias exteriores mais desfavoráveis à cultura da inteligência e ao enobrecimento da alma»⁽⁶⁾.

Na segunda metade do século, e torna-se necessário ver nisso um efeito da acentuação dos conflitos de classe, as representações da diversidade psicológica tomam indiscutivelmente tons mais sombrios. À feliz harmonia das diferenças naturais de A. Comte, sucede uma visão em que toda a particularidade tende a tornar-se prejorativa; o discurso dos alienistas ultrapassa o quadro da anormalidade e vem cair no mundo dos «normais». A «natureza» da mulher é aproximada à do selvagem e do criminoso (Gabriel de Tarde), a criança é apresentada como um ser dominado pelas perversões instintivas que, para Charles Ferré, médico em Bicêtre, «apoia a teoria atávica do crime: a criminalidade não seria senão a infância prolongada ou a selvajaria sobrevivente»⁽⁷⁾. Donde esse olhar, a nossos olhos terrível,

(4) G. Netchine, *L'Individuel et le Collectif dans les représentations psychologiques de la diversité des êtres humains au XIX^e siècle*.

(5) Voisin, *De l'Idiotie chez l'enfant*. Ed. Bailière, 1843, pp. 10-11.

(6) Voisin, *De l'Idiotie chez l'enfant. Organisation cérébrale défectueuse de la plupart des criminels*.

(7) Ch. Ferré, *Dégénérescence et Criminalité*. Paris, Alcan, 1895, 2.^a ed., cap. IV.

que vigia a criança e o rigor que preside à sua educação nas classes dominantes e na pequena burguesia. «É necessário — afirma Durkheim —, que, pelas vias mais rápidas, a sociedade sobreponha ao ser egoísta e a-social que acaba de nascer um outro ser. Eis o que deve ser a obra da educação. Ela cria no homem um ser novo.» Compreende-se o horror mesclado de fascínio experimentado por aqueles (médicos e filantropos) que vêem viver as «classes baixas» da sociedade. Porque se o homem civilizado não pode sair da sua selvajaria a não ser na condição da criança e da mulher verem os seus instintos perversos cobertos pela educação, o modo de vida quotidiano da população dos subúrbios das grandes cidades ou dos campos «atrasados» mantém-se a seus olhos inteiramente dominado pela selvajaria natural. Nenhuma socialização bem conduzida poderá evitar que se mantenha o estado de infância e da sua perversidade no adulto, tanto mais que as mães, evocadas à imagem das fêmeas dos animais, não são senão o vício e ignorância — lembramo-nos aqui das descrições do operários feitas por Zola em *Germinal* ou *La Débacle*, por exemplo. Por conseguinte, quando são votadas as leis que institucionalizam a escolaridade como gratuita e obrigatória, existe já um sistema de representações dominante, que estabelece relações entre anormalidades, infância e classes baixas da sociedade, que subordina a si os responsáveis pela Instrução Pública. No seu discurso de abertura da Assembleia Geral da Sociedade Livre para o Estudo Psicológico da Criança, primeira sociedade especializada em psicologia infantil, criada sob os auspícios de F. Buisson e ligada muito estreitamente à Escola Pública, o Reitor Thamin apresenta assim o objecto da psicologia: «A ciência dos caracteres, para ser uma ciência, deverá ter a coragem da banalidade... Falarei em primeiro lugar dos defeitos das crianças, isso fará com que as qualidades sobressaiam menos numa classe. Elas não sabem ser originais a não ser no

mal. A originalidade no bem é de uma outra idade»⁽⁸⁾. Compreende-se que os desvios em massa à norma escolar, especialmente das crianças «dessas classes baixas» escolarizadas há pouco, sejam espontaneamente imputadas, pelos agentes de enquadramento da Escola Pública, a anomalias patológicas passadas despercebidas no seu meio, mas que vem revelar o confronto com um sistema de educação eficaz.

Constitui-se um movimento favorável à escolarização de alunos anormais em estruturas especializadas, de tal maneira que seja evitada «a promiscuidade dolorosa para os alunos normais», movimento esse que se inscreve num conjunto de projectos educativos postos em prática após a Comuna de Paris (vívda pelas classes dominantes como sendo a entrada da canalha na cena política) por médicos e filantropos. Sobre este assunto, reenviamos o leitor para os estudos de Luc Boltansky, sobre as campanhas para o desenvolvimento da higiene e da puericultura, para os de Olga Baudelot e Eric Plaisance sobre a transformação das escolas maternas⁽⁹⁾ e para os de Francine Muel sobre as associações de protecção à infância em perigo⁽¹⁰⁾.

Todos estes projectos têm em comum o facto de intervirem, cada um segundo as suas especificidades, sobre as famílias mais marginalizadas da sociedade, aquelas exactamente de onde provêm os alunos anormais. A Sociedade Livre para o Estudo Psicológico da Criança é a instituição motriz deste projecto de escolarização «especial» dos alunos anormais. Alfred Binet será seu presidente de 1902 até à sua morte. É neste contexto, e na «militância» pela criação de classes de aperfeiçoamento, que Binet e Simon vão preparar a escala métrica da inte-

(8) Bull. S.L.E.P.E., n.º 19, Dezembro de 1904.

(9) *Cadernos do CRESAS*, n.º 9, 1973.

(10) Artigo citado. *L'École obligatoire et l'intervention de l'Enfance Anormale*.

ligência, de que iremos agora tentar demonstrar o que a axiomática que a funda deve às condições sociais que presidiram à sua elaboração.

A própria ideia de construir uma escala métrica da inteligência surge apenas porque Binet elabora, por volta de 1905, uma nova teoria da idiotia em ruptura total com a dos seus predecessores. Ora, essa teoria somente pode ser formulada devido ao facto de ter surgido a figura da criança débil, que, para este autor, lança uma ponte sobre o idiota, o imbecil e o mundo dos normais. Binet, psicólogo experimental, opera uma ruptura com a tentativa taxonómica dos alienistas e reúne todos os estados de deficiência mental numa única escala. Aplicando à patologia mental o modelo utilizado por Cl. Bernard para a patologia orgânica, vai assimilar a deficiência ao estado normal, reduzindo a diferença entre ambas apenas a variações de ordem quantitativa. Nesta base, Binet critica as classificações sintomáticas ou «etiológicas» da idiotia e invalida a capacidade dos alienistas de conseguirem um diagnóstico diferencial, afirmando que «a classificação da idiotia é uma classificação clínica a levar a cabo pela psicologia».

Esta importante ruptura epistemológica que vai fundar a psicometria só pôde ser feita porque o seu autor, ao mesmo tempo, aderiu às representações dominantes da sua época em matéria de anormalidade, nomeadamente as relações tecidas entre infância, classes baixas e anormais: «Saber escolher é subordinar a si a vida inferior, dominar os instintos e elevar a vida. A mentalidade da criança, do imbecil e, infelizmente, também de muitos adultos pertencentes às classes mais baixas da sociedade e que, por essa única razão, não se poderão elevar, consiste em preferir o prazer imediato do momento ao prazer durável do amanhã e, consequentemente, a desenvolver uma actividade que não é capaz de calcular, reflectir e capita-

lizar»⁽¹¹⁾. Que o atraso escolar, quando não é causado por uma escolarização, constitui a manifestação de uma anormalidade (aqui, de um defeito da inteligência) é para Binet do domínio da evidência, do indiscutível, do postulado implícito. É neste mesmo registo da evidência que ele considera que o ritmo de assimilação dos conhecimentos definido pela norma escolar é ajustado àquilo que resolve chamar de desenvolvimento «natural» da inteligência. Estudando os «Instáveis», afirma Binet: «a sua inteligência é superior à dos atrasados, mas a sua ausência do curso superior mostra que, em geral, um instável tem uma inteligência abaixo do normal»⁽¹²⁾. Tendo em conta esta identificação entre normas escolares e inteligência natural, Binet estabelece uma correspondência entre as aptidões próprias aos diferentes níveis de inteligência e a hierarquia dos ensinamentos dispensados pela escola. O débil revelará as suas aptidões na ginástica, no desenho, nos trabalhos manuais e no cálculo mental, mas o acesso às matérias nobres está-lhe irremediavelmente fechado; em compensação, «nunca uma criança forte em redacção será atrasada, qualquer que possa ser a fraqueza que possa apresentar em outras matérias»⁽¹³⁾.

As aptidões particulares da criança débil, tanto como os seus limites, reservam-lhe um lugar de futuro «trabalhador manual» numa sociedade para a qual o ensino especial deve prepará-la: «não basta que nos contentemos em apreciar em abstracto a justiça dos métodos e os progressos dos alunos, há que recordar que o objectivo das escolas é a inserção dos anormais na sociedade, a sua adaptação às necessidades dessa sociedade»⁽¹⁴⁾.

⁽¹¹⁾ Binet e Simon. «L'intelligente des imbéciles». *Année Psychologique*, t. XV, 1909.

⁽¹²⁾ Binet e Simon, «Les enfants anormaux». *Op. cit.*, p. 27.

⁽¹³⁾ *Ibid.*, p. 36.

⁽¹⁴⁾ *Ibid.*, p. 193.

Pode-se, portanto, avançar a ideia que, desde a sua origem, o ensino especial e a psicologia clínica que lhe está indissoluvelmente ligada, se fundam no postulado de que o tipo de insucessos escolares e/ou de conduta desviada das crianças das classes sociais mais baixas derivam da patologia, inscrevendo-se ambos num projecto que visa a socialização de tais crianças num quadro específico. Iremos, contudo, ver a seguir que terá sido necessário quase um século para se pôr a funcionar uma verdadeira fileira de formação adequada às crianças provenientes destas fracções inferiores do proletariado.

II — O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DA INFÂNCIA INADAPTADA

Logo que, em 1909, foi adoptada uma lei que previa o funcionamento de classes especiais para os alunos anormais, foram juridicamente designados tipos diferenciados de actuação institucional para as diversas formas de deficiência mental.

Os idiotas e os imbecis passaram a depender do hospital, os instáveis e os atrasados da competência das classes de aperfeiçoamento. Esta primeira diferenciação não foi o puro efeito de uma lógica científica, antes resultando da imposição de uma relação de força favorável àqueles que, na Escola ou em estreita colaboração com ela, tentam constituir um campo de intervenção sobre a infância anormal, que escapava ao hospital. As classes de aperfeiçoamento passam a opor-se às escolas ligadas ao asilo (como a de La Salpêtrière, por exemplo), postas em causa como locais de ensino. Tende, assim, a redefinir-se uma oposição entre anormais educáveis (para o ensino especializado) e não-educáveis (para o hospital), passando a fronteira através da categoria de «imbecil», em que alguns podiam ser educados e outros não. Tudo isto não acontecia, aliás, sem vio-

lentas polémicas entre A. Binet e certos alienistas que, reivindicando a educabilidade dos seus «doentes» defendiam a aptidão do hospital para se ocupar da educação.

1. *O grande sono da educação especial*

Mas, na prática, esta oposição demonstrou não passar de um debate académico, na medida em que apenas se constituíram algumas centenas de classes de aperfeiçoamento entre 1909 e o fim da Segunda Guerra Mundial. Será necessário esperar pelos anos 50 para ver desenvolver-se de forma excepcional a educação especial. O porquê de tal estagnação merece um mínimo de explicações. Deve proceder-se à análise de uma combinação de diversos factores. O obstáculo financeiro, por um lado (o financiamento destas classes fica a cargo da comuna), o facto de os professores, na sua grande maioria, não parecerem ter-se apropriado das representações do «atrasado» (a crer em vários relatórios da Inspecção da Academia), o facto do pedido de classes de aperfeiçoamento proveniente do corpo técnico dizer respeito, sobretudo, aos alunos demasiado indisciplinados, enquanto que os psicopedagogos do princípio do século se interessavam mais pelos atrasados (por razões «científicas»), os quais não incomodavam a disciplina. Donde, esta evolução que pode parecer paradoxal em relação a estruturas criadas com o fim de aliviar a escola normal: elas mantêm-se inexistentes durante 40 anos. Paradoxo que pode explicar-se porque, por um lado, a escola primária pública, funcionando como uma rede quase estanque em relação à estrutura dos liceus, escolariza até aos 12 e depois até aos 14 anos as crianças das classes populares a fim de as preparar para entrarem na produção encontrando no Certificado de Estudos Primários a sanção única e última dessa escolaridade; e, nestas condições o atrasado não se distingue muitas vezes daqueles que fracassam na obtenção do

Certificado de Estudos (a maioria) misturando-se com o contingente de alunos que não o possuem. Por outro lado, a orientação espontânea dos instáveis para classes de aperfeiçoamento abertas, fazem delas os lugares de fixação e de reunião dos promotores de distúrbios cuja existência compromete o bom funcionamento e a reputação dos estabelecimentos a que tais classes se encontram anexas. Adquirem uma imagem deplorável que não facilita nada a sua criação.

No fim dos anos 40, os responsáveis pela Educação Especial levam a cabo uma reavaliação acerca da população que as classes de aperfeiçoamento devem acolher. No referente aos instáveis, podem ser controlados no interior das estruturas normais, ou deverão ser enviados a instituições autónomas, especialmente diferenciadas das escolas comunais, as Escolas Nacionais de Aperfeiçoamento para Caracteriais, ou os Centros para Caracteriais, postos a funcionar nesta época por instituições privadas. Portanto, ao mesmo tempo que permanece largamente embrionário, o desenvolvimento das estruturas para o ensino especial cria uma especialização institucional para tipos de indaptações, que, no que concerne a algumas, conduz à busca de lugares fora do quadro da Escola.

A lógica interna da instituição escolar, incitando à exclusão dos elementos mais incontroláveis, vai ao encontro, neste preciso momento histórico, dos interesses de outras instituições que começam a funcionar com uma proposta de intervenção sobre a infância inadaptaada.

2. *Infância inadaptaada e prevenção social*

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial é todo um campo institucional que se põe a funcionar para tratar da Infância Inadaptaada, campo esse diversificado nas suas estruturas, de acordo com as inadaptações e mantido por um discurso que envolve

a maior parte delas. Com efeito este discurso, semelhante em muitos aspectos ao do fim do século XIX, estabelece um elo de causalidade entre inadaptações e meio «desfavorecido», ao mesmo tempo que faz da delinquência juvenil um acontecimento sempre possível de evoluir. No cerne da problemática deste sector está a noção de Prevenção Social, que deve evitar o desemprego e a prisão para os inadaptados e permitir as condições para a sua adaptação à sociedade, adaptação essa incidindo sobre a formação profissional e apresentada como uma tecnologia da manutenção da ordem social economicamente rentável.

Trata-se aqui ainda de procurar o apoio do medo que os dominantes possam ter da violência das classes populares, para legitimar o funcionamento de instituições de ensino especial, dando a tais instituições um papel determinante no controlo das crianças cuja socialização põe problemas.

É verdade que o discurso se tornou mais requintado, já não se fala como A. Binet «do perigo de uma revolução violenta em que aqueles que possuem bens não teriam grande coisa a ganhar»⁽¹⁵⁾, mas sim da calamidade social que representa «a mais grave e a mais angustiante das inadaptações, a delinquência juvenil»⁽¹⁶⁾, requinte esse que permite a circulação do discurso pelo conjunto da formação social, sendo mesmo retomado pelas classes populares. Mas tanto a delinquência como a revolução têm, embora com 50 anos de intervalo, uma mesma determinante: a origem social dos indivíduos «a controlar».

As instituições criadas para lutar contra os efeitos «destas grandes doenças sociais,

⁽¹⁵⁾ Les enfants anormaux. *Op. cit.*, p. 2.

⁽¹⁶⁾ P. Mezeix, L'école primaire devant le problème de l'enfance inadaptaée. *Cahiers de Pédagogie Moderne*, 1951. Para uma análise exaustiva de toda esta segunda parte, cf. P. Pinell e M. Zafiropoulos: «La Médicalisation de l'échec scolaire», in *Actes de la Recherche*, n.º 24, Novembro de 1978, pp. 23-49.

o alcoolismo, o subdesenvolvimento e a miséria»⁽¹⁷⁾ sobre a infância, vão apoiar-se num novo actor que vai ocupar rapidamente uma posição dominante: o especialista de neuropsiquiatria infantil.

3. *Os pedopsiquiatras. A criação dos Institutos Médico-pedagógicos e o afastamento do Asilo*

Desenvolvendo-se igualmente no início dos anos 50 (ao mesmo tempo que a Pediatria), a constituição da neuropsiquiatria infantil como disciplina em busca de autonomia em relação à Psiquiatria, foi lavada a cabo por médicos psiquiatras universitários. Estes, tentam impor às autoridades da psiquiatria o reconhecimento de uma parte específica da psicopatologia infantil, tentando (com sucesso) invalidar neste domínio a competência do hospital psiquiátrico, no qual se encontram inseridos. Eles participam simultaneamente daquilo que na época foi definido como «Medicina Social Moderna», quer dizer, uma medicina que, operando uma ruptura com as concepções herdadas do modo de tratamento de doenças agudas, recusa a alternativa curável/incurável, criando uma tecnologia médica em que a prevenção, a despistagem e a reeducação constituem as três noções fundamentais.

A rejeição da noção de incurável torna-se particularmente importante no domínio da infância inadaptada. Já não se trata de curar, mas sim de readaptar e de reeducar durante o período da infância e da adolescência no caso de alguns (débeis ligeiros, jovens delinquentes), ou durante toda a vida no caso de outros (débeis médios e profundos). O investimento económico e social para assegurar tais funções encontra aí a sua justificação médica. Mas compreende-se ao mesmo tempo o que representa para os pe-

dopsiquiatras a criação de um campo institucional especificamente constituído para se encarregar da *infância* inadaptada, surgindo por acréscimo *fora* do hospital psiquiátrico.

Vamos encontrar pedopsiquiatras em lugares de chefia ou de «técnico consultivo» (*technicien conseil*) em todas as instituições que têm a ver com a infância inadaptada, quer se tratem de associações regionais e nacionais para a «Salvaguarda da Infância e da Adolescência», ou dos primeiros Institutos Médico-Pedagógicos (I. M. P.), criados pelas associações de pais de crianças inadaptadas (pais de débeis profundos, a princípio, sobretudo de crianças mongolóides). A aliança com estes últimos faz-se muito particularmente contra o asilo, numa recusa da alternativa Hospital Psiquiátrico/manutenção em casa. O discurso sábio produzido pelos pedopsiquiatras sobre o atraso e as suas modalidades de resposta a este vem contrariar as críticas que os psiquiatras dos hospitais vinham pondo às associações de pais que, criando os seus I. M. P. (*) subtraíam ao hospital uma parte da sua clientela. O projecto anti-hospital psiquiátrico irá receber o apoio dos poderes públicos não só porque os representantes dos pais dispõem, pela sua posição social, de apoio junto dos meios políticos dirigentes, mas também porque o financiamento privada de uma parte da construção das instituições interessa aos poderes do Estado, que procuram limitar o custo da hospitalização dos doentes crónicos.

Em 1957, a criação de um I. M. P. no quadro hospitalar é proibido, vendo-se o asilo oficialmente relegado unicamente para se encarregar dos atrasos mais profundos, o refugio do sistema.

Enfim, os pedopsiquiatras dedicam-se às grandes pesquisas de despistagem sistemática dos deficientes mentais ligeiros das escolas públicas, apoiam com todo o seu peso

(17) P. Mezeix. *Op. cit.*

(*) I. M. P. — Instituto Médico-Pedagógico.

científico os projectos dos responsáveis pela educação especial, denunciando a carência de classes de aperfeiçoamento e investem nas comissões médico-pedagógicas encarregadas do tratamento e do diagnóstico dos débeis.

4. *As novas representações sábias do «atrasado» e do «instável»*

Beneficiando do novo prestígio de que goza a medicina (e dos seus sucessos terapêuticos em outros domínios), ocupando posições-chave na maior parte das diversas instituições relacionadas com a infância inadaptada, quer se trate de deficiências mentais, distúrbios de comportamento ou de delinquência, os pedopsiquiatras vão impor a sua palavra sobre as inaptações como palavra legítima.

Se após Binet e Simon os discursos sábios sobre a deficiência mental e a instabilidade se transformaram e diversificaram, o da neuropsiquiatria infantil coloca-se como um elo de síntese e de ultrapassagem das diferentes abordagens existentes e domina a cena das representações. Há aqui um efeito de construção recíproca de um novo discurso sábio e de um novo corpo de especialistas — discurso sábio esse que vai beber aos vários desenvolvimentos que conheceram a psicométrica, a psicologia genética, a psicanálise e mesmo a genética e a sociologia.

Todas estas «abordagens» constituem um conjunto particularmente heterogéneo, mas que a psiquiatria da criança reúne de maneira ecléctica no seu discurso, introduzindo nele por acréscimo classificações nosográficas (distinguem-se uma dezena de tipos de débeis ligeiros diferentes). Assim, o doutor Male, especialista da instabilidade, atribui esta sucessivamente, e no mesmo artigo, a um distúrbio genético do desenvolvimento psicomotor, à influência de mães neuróticas sobre os seus bebés, à negligência educativa na aprendizagem da higiene, a carências

educacionais durante a fase edipiana, etc., e convida a que se diferenciem os verdadeiros débeis instáveis dos instáveis falsos débeis... O ponto fulcral destas caracterizações é a representação da criança inadaptada como dominada pela fragilidade psíquica e pela incapacidade de aceder à abstracção, o que faz dela ipso-facto uma «criança em perigo» em que o pensamento de tipo mágico predomina sobre o pensamento lógico — e encontramos aqui ainda, tal como nas representações do século XIX, a criança selvagem que convém controlar estritamente para evitar que se venha a tornar um perigo para a sociedade, perigo esse que, na época, adquire a aparência do bando de blusões negros.

Alguns neuropsiquiatras, baseando-se nestas representações, vão mesmo ao ponto de criticar a atitude das classes de aperfeiçoamento de se encarregarem realmente dos débeis ligeiros, de quem se afirma que os mais inteligentes, aqueles que obtiveram os melhores resultados escolares, são também os que provocam a maior parte das perturbações sociais, propondo que todos os débeis ligeiros sejam acompanhados em psicoterapia, «psicoterapia que terá por imperativos fazer aceitar à criança a sua própria debilidade, valorizando-a no interior dos seus limites»⁽¹⁸⁾. Embora se vão construindo Institutos Médico-Pedagógicos para débeis ligeiros com problemas associados à personalidade, disputando às classes de aperfeiçoamento uma parte da sua clientela, trata-se de um nome pelo menos ambíguo, na medida em que se sabe que os discursos sábios definem toda a criança débil como sofrendo igualmente de distúrbios de personalidade. Um dos méritos, pelo menos, deste discurso psiquiátrico foi, no seu eclectismo, o de justificar qualquer destino institucional para um indivíduo.

(18) R. Fau et al. *Psychotérapie des déficients mentaux*. Paris. P.U.F., 1966.

5. *As transformações do sistema escolar e a evolução do campo institucional*

A análise das condições sociais que originaram a aparição da área da infância inadaptada e dos interesses socioeconómicos dos agentes que intervêm nestas instituições, não basta por si só para explicar o desenvolvimento destas estruturas, nomeadamente aquelas destinadas a tomar a seu cargo os deficientes mentais. É nas transformações internas do sistema de ensino que reside o motor principal da crença nos efectivos do sector médico-pedagógico, eis a seguir expostos muito rapidamente as principais razões de tal facto:

O funcionamento de uma escola primária única, efeito de uma «democratização» do ensino, suprimindo progressivamente as classes elementares dos liceus, tende a reunir nos mesmos bancos da escola as crianças de todas as classes sociais. A escola elementar pública já não tem como objectivo quase exclusivo a preparação para o Certificado de Estudos e para a entrada no mundo do trabalho, antes se abrindo segundo um sistema de fileiras sobre o ensino secundário, que se diversifica tanto mais que a escolaridade obrigatória se encontra, desde 1959, prolongada até aos 16 anos. O acesso cada vez maior à entrada na 6.^a classe (1.^a classe do secundário) das crianças populares teve como contrapartida a sua orientação para as fileiras mais desvalorizadas desse ensino (classes de transição ou 2.^o Ciclo Curto), e isto pelo simples jogo dos insucessos escolares, aos quais essas crianças são votadas durante a sua escolaridade primária, taxa de insucessos que, como demonstram diversos trabalhos, está estreitamente ligada à posição social dos indivíduos. Este tipo de selecção social velada tem como inconveniente fazer cair muito fortemente as repetições sobre a Primária e de obstruir assim as classes, estreitamento conjunturalmente reforçada pela entrada na escola das gerações do *baby-*

-boom do pós-guerra (entre 1951-1952 e 1959-1960 o número de alunos da escola primária passa de menos de 4 milhões para perto de 6 milhões). Desde logo, e contrariamente à situação anterior, se começa a pôr com acuidade a questão da orientação para fileiras especiais daqueles que patenteiam um maior atraso e mais ainda a questão da despistagem precoce dos que estão «condenados» à repetição: daí o acento posto sobre a importância social da despistagem desses «débeis ligeiros» que os professores não conseguiam assinalar espontaneamente; daí, igualmente, o novo olhar sobre as dificuldades escolares menores e a invenção de novas formas de inaptações escolares (discalculia, dislexia, disortografia, etc.), novos desvios à norma escolar que vão reinterpretar, segundo uma lógica de patologização, um outro corpo de especialistas (os psicanalistas infantis), tudo isto para se conseguir, em meados dos anos 60, o desenvolvimento de centros médico-psico-pedagógicos, como mais adiante veremos.

Estão assim reunidas as condições para que o espaço escolar funcione de tal forma que uma criança corre tantos riscos de ser rotulada de inadaptada como o número existente de aprendizagens «fundamentais», de regras de conduta e de modelos de comportamento, com o corolário que, estatisticamente, garante que as hipóteses de uma criança ser assinalada devido a problemas graves (de aprendizagem ou de comportamento) aumentam quando se desce na hierarquia social.

Em 25 anos (1950-1975), a fileira da educação especial edificou-se de um modo tão homogéneo na sua população como a Escola Politécnica ou a E. N. A., acolhendo actualmente cerca de 200 000 alunos [numa investigação empírica por nós efectuada nos arredores de Paris, a percentagem de filhos de operários, incluindo todas as fracções da classe, frequentando escolas de aperfeiçoamento atingia 89 % contra 61,5 % na popu-

lação geral da comuna, repartindo-se os restantes 11 % por filhos de empregados(7 %) e pequenos comerciantes(4 %), contra, respectivamente, 12 % e 12,5 % na população geral; não encontramos nenhuma criança proveniente dos Quadros Médios, Superior, ou de profissões liberais — 14 % da população geral. Tudo se passa como se através do pretexto de uma patologização do insucesso escolar, se tenha conseguido escolarizar numa rede diferente as crianças provenientes das fracções das classes populares mais «desviadas», essas mesmas fracções que a rede de trabalhadores sociais (também ela em expansão considerável a partir dos finais da Segunda Guerra Mundial) se esforça por controlar e que, no fundo é ainda e sempre o mesmo projecto surgido no decorrer do século XIX que continuou a circular durante cerca de um século, que vem encontrar nos nossos dias as formas mais acabadas da sua realização. Entretanto, modificou-se o discurso de legitimação e requintou-se consideravelmente a sua forma, sobretudo após as duas últimas décadas, quer dizer, depois da constituição na prática de um outro pólo de especialistas cuja influência tende a suplantá-la dos primeiros pedopsiquiatras. Refiro-me aos psicanalistas de crianças (ou, mais exactamente, psicanalistas trabalhando em instituições para crianças inadaptadas) e essa será a última parte desta exposição.

III — INSUCESSO ESCOLAR E PSICANÁLISE DO POBRE

Entre os neuropsiquiatras que trabalhavam nas instituições para crianças inadaptadas no início dos anos 50, contava-se um pequeno número de psicanalistas, sendo a sua influência, na prática, bastante limitada. A psicanálise é, nessa época, uma prática extremamente pouco desenvolvida; a Sociedade Parisiense de Psicanálise tem apenas, antes da sua cisão em 1953, pouco mais de uma centena de aderentes, dos quais uma

grande parte são estagiários em formação. É numa posição auxiliar que a análise é situada por aqueles que dominam a psicopatologia infanto-juvenil.

G. Heuyer, chefe de fila da Pedopsiquiatria, definiu de modo relativamente restrito os limites da sua utilização. Limites no plano dos tipos de inaptações nas quais ela pode ser útil: «é inútil fazer psicanálise a um atrasado mental que demonstra distúrbios na conduta; para que uma psicanálise seja eficaz é necessário que a criança seja capaz de compreender e de se exprimir... a psicanálise também não mostra eficácia quando os distúrbios do carácter são fortemente estruturados, antigos, profundos, fazendo-se acompanhar por uma hostilidade, uma resistência e uma oposição irreductível»⁽¹⁹⁾. Por conseguinte, a maioria das crianças susceptíveis de ser entregues às instituições que se criam escapam ao tratamento analítico. Limites igualmente quanto à habilitação de um não-médico para conduzir uma psicanálise. «O pedopsiquiatra ou o psicanalista que dirige o tratamento deve ser médico», vendo-se os não-médicos relegados para uma situação de auxiliares médicos, já que «o futuro mental de uma criança não lhe pode ser confiado».

É na aceitação destes limites que os analistas vão criando, desde os finais da Segunda Guerra Mundial, as suas próprias instituições, na extremidade do espaço institucional dominado pelos neuropsiquiatras: os Centros Psico-Pedagógicos.

O primeiro abriu em 1946, no liceu Claude Bernard. A sua implantação num estabelecimento de ensino secundário mostra bem que ele se propõe tratar de uma população socialmente bem diferente daquela que vai povoar as classes de aperfeiçoamento e os centros para caracteriais. O Centro Claude Bernard é o melhor exemplo da experiência piloto na qual se irá formar um bom nú-

⁽¹⁹⁾ G. Heuyer, Introduction à la Psychiatrie Infantile. Paris. P.U.F., 2.^a ed., 1966.

mero de especialistas da psicanálise infantil (o Dr. Berge, F. Dolto, Lebovici, Diatkine, Anzieu, Kestemberg, M. Mannoni, etc...). A partir deste centro e sob o impulso da Salvaguarda da Infância, outros C.P.P. se vão criar e diversificar, indo a sua clientela abarcar também o ensino elementar. Contudo, até meados dos anos 60, eles permanecem confinados aos limites de tratamento originalmente consignados. Os C.P.P. recebem crianças e adolescentes que apresentam distúrbios de carácter e do comportamento, tais como: timidez, emotividade, ansiedade, enurese, nervosismo, tiques nervosos, pequena delinquência, mendicidade, insucesso sistemático no ensino, dislexia, problemas de escrita, de leitura, de ortografia, anomalias do comportamento sexual, agressividade, oposição, etc... ou simplesmente de reacção e de protecção contra um meio social ou escolar tido como perturbador»⁽²⁰⁾.

Parece-nos importante sublinhar que, neste catálogo de inaptações menores, as falhas numa aprendizagem escolar são interpretadas como sendo derivadas de distúrbios de carácter e do comportamento, embora se saiba que, no discurso dos analistas, as mesmas são relacionadas com problemas relacionais surgidos na constelação familiar. Assim, coexistem neste mesmo período interpretações que relacionam o insucesso escolar com uma debilidade ligeira, um qualquer problema importante e fixo da personalidade da criança, e outras que interpretam o insucesso menor, isolado numa aprendizagem, em termos de uma perturbação relacional susceptível de uma evolução. Cada uma destas interpretações reenvia para especialistas diferentes (neuropsiquiatras, analistas) trabalhando em instituições que mantêm diferentes relações com a escola e se encarregam de crianças de origem social distinta. Se esta situação inicial evoluiu e

se actualmente os analistas dos C.P.P., tornados C.M.P.P. (*), conseguiram ter uma clientela socialmente muito mais diversificada, não é menos verdade que esta oposição inicial — debilidade/perturbação relacional — continua ainda a estruturar as representações de um bom número daqueles que, na sua maioria professores, asseguram o tratamento dos desvios escolares, e isto apesar do reajustamento operado pelos analistas sobre a questão da deficiência mental.

Em 25 anos, a situação dos psicanalistas na área da infância inadaptada modificou-se consideravelmente. Ontem marginais, eles estão hoje prestes a ocupar uma posição dominante face à neuropsiquiatria não analítica, ao ponto de o Prof: Debray-Ritzen (Chefe do Serviço de Pedopsiquiatria do Hospital des Enfants Malades) denunciar a sua acção neste sector em termos de um «Goulag Freudiano»⁽²¹⁾.

Esta ascensão dos psicanalistas não poderia ser compreendida senão em relação ao lugar que a Psicanálise presentemente ocupa, não apenas no domínio das representações psicológicas, mas, mais acentuadamente, nos meios intelectuais franceses, onde a sua incidência ultrapassa de longe o aspecto propriamente terapêutico da cura, ao ponto da referência à «Psicanálise» ocupar nesses meios uma posição comparável à do «Marxismo». Não se trata, porém, de abordar aqui este problema cujo estudo, aliás, está por fazer, contentando-nos em avançar apenas alguns questões em relação directa com o assunto que estamos a tratar.

1.º — O lugar ocupado pela Psicanálise nos meios intelectuais franceses influencia as novas gerações de psiquiatras, e isto numa proporção muito mais importante que anteriormente, tornando-se a Psicanálise numa maneira de se situarem como inovadores face aos mais velhos.

(*) C.M.P.P. — Centro Médico-Psico-Pedagógico.

(21) Cf. nomeadamente a sua «Lettre ouverte aux Parents d'élèves».

(20) G. Mauco, L'inadaptation scolaire et sociale et ses remèdes. *Cahiers de Pédagogie Moderne*, 1961.

2.º — Esse mesmo lugar, ligado ao facto da análise ser uma prática terapêutica legítima acessível a não-médicos, confere-lhe um atractivo particular em relação àqueles que (psicólogos entre outros) procuram um meio de revalorizar a sua posição social. O peso dos analistas não-médicos não cessa de aumentar com o desenvolvimento da ex-Escola Freudiana.

3.º — O rápido crescimento do corpo profissional dos analistas, juntamente com o longo compasso de espera necessário para a constituição de uma clientela, impôs aos «jovens» analistas encontrarem saídas profissionais de ocasião em instituições, durante o tempo de latência; o sector psiquiátrico (o Hospital e os estabelecimentos que lhe estão anexos), desempenhando muitas vezes o papel de primeira etapa na carreira, fez com que numerosos jovens analistas médicos ou não-médicos dessem os seus primeiros passos em instituições para crianças inadaptadas, indo para os C.M.P.P., os quais se vão multiplicando a partir de meados dos anos 60, para os hospitais de dia, e, mais raramente, para os I.M.P.

É evidente que o investimento dos jovens analistas na área da infância inadaptada se realiza paralelamente a uma reavaliação do lugar da psicanálise na psicopatologia infanto-juvenil. Os trabalhos de Misès e Barande vão operar um estudo crítico dos conceitos até aí em curso a propósito da deficiência mental: o funcionamento mental dos atrasados profundos não seria provocado por uma paragem no desenvolvimento, mas antes por uma organização específica, sendo definido como uma incapacidade de suportar frustrações. Para M. Mannoni, o atraso deve ser substituído no quadro das psicoses infantis. A partir desta crítica, o postulado organicista segundo o qual os diferentes graus de debilidade derivam uns dos outros, segundo uma relação quantificável, é totalmente posto em causa, do mesmo modo que as concepções de Binet e dos pedopsiquiatras sobre a debilidade ligeira.

Tendo feito estalar a unidade psicométrica, que sustém a noção de cadeia no atraso, integrando os tipos de atraso no quadro das psicoses infantis, os analistas podem aspirar a passar a ter entre mãos todas as crianças classificadas como deficientes mentais, incluindo os débeis ligeiros.

A situação apresenta-se algo confusa neste ponto e não existe conceptualização propriamente analítica sobre a debilidade ligeira, contudo, o que ressalta da nossa investigação empírica, é a circulação pelos C.M.P.P. da noção de insucessos escolares — sintomas do sofrimento da criança, noção essa que lidera toda a intervenção terapêutica sobre os alunos enviados devido a insucessos massivos ou a debilidade. Tal noção não saberia aperceber-se da desigualdade social na frequência de aparição dos insucessos escolares, motivo porque certos analistas, nomeadamente em redor de S. Lebovici e R. Diatkine, apelam para noções estranhas à psicanálise, como a de meio socio-cultural pobre, para tentarem construir uma representação coerente da debilidade ligeira.

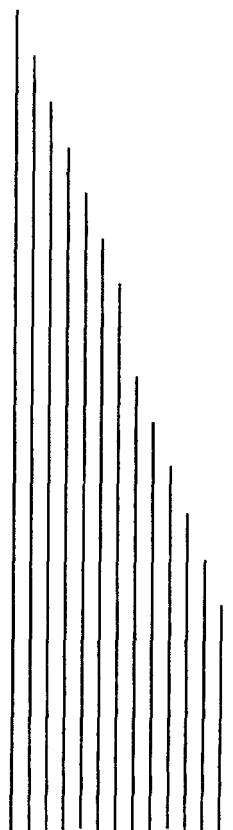
A debilidade torna-se na resultante dos diferentes factores do meio circundante sobre o desenvolvimento mental da criança, determinada pela articulação entre a relação da criança com a constelação familiar, a convergência entre pais «pouco estimulantes» e um meio sociocultural pobre. O valor científico destas noções permanece pelo menos sujeito a caução, pois estas podem basear-se pura e simplesmente em categorias dos lugares comuns produzidos pela ideologia dominante sobre o modo de vida das classes populares: «As trocas verbais são estereotipadas e veiculam pouca experiência, quando não são reduzidas à sua expressão mais simples. Ninguém se dirige às crianças senão para lhes dar ordens, para gritar ou para ameaçar»⁽²²⁾.

⁽²²⁾ R. Diatkine, *Réflexions sur le Concept de Débilité Mentale. Cahiers de Pédagogie Moderne*, 57, 1972.

Por conseguinte, os olhares «sábios» sobre o insucesso escolar massivo de certas crianças das classes populares parecem ainda hoje, não se terem livrado do peso dos juízos de valor dominantes ligados às representações da hierarquia social.

As representações «naturalistas» da sociedade, unificando numa física social a hereditariedade e o meio, em que primeiro se propunha a existência de uma equação ligando classes menos favorecidas e anormalidade, sucederam mais de meio século depois, representações em que a hereditariedade e o meio se opunham num «debate teórico» incansavelmente renovado ao sabor das descobertas. Os defensores da origem hereditária, claramente conotados politicamente com a direita ⁽²³⁾, pretendem ver nas desigualdades «naturais» genéticas a base das diferenças sociais e raciais. Os guerrilheiros da influência determinante do meio responsabilizam as condições sociais desfavoráveis pela falta de desenvolvimento intelectual de certas crianças, chamando a atenção para a necessidade de se melhorarem as condições de vida, ou, de acordo com alguns, de se proceder a uma mudança radical das relações sociais. Porém, para lá das oposições políticas, científicas e/ou profissionais, nem uns nem outros põem em causa «a anormalidade» dessas crianças, patologizando o seu insucesso face à instituição escolar com a mesma espontaneidade dos pedagogos do fim do século XIX. A velha ideia do meio social patogénico permanece enraizada, capaz de arruinar qualquer tentativa que se queira científica. A ambição deste artigo terá sido a de contribuir para acabar com ela.

⁽²³⁾ De que o inefável Debray-Ritzen é, em França, o representante mais conhecido.



PRÓXIMOS NÚMEROS:

- ETNOPSQUIATRIA

- PSICOLOGIA
E GESTÃO